

Para agentes do mercado, houve motivação política em socorro a banco

Desenho da operação tenta criar blindagem institucional e evita aval legislativo do DF

Alexa Salomão

SÃO PAULO O acordo do BRB (Banco Regional de Brasília) para a compra de 58% do capital total do Banco Master, por cerca de R\$ 2 bilhões, anunciado na sexta-feira (28), foi interpretado por parte de agentes do mercado financeiro como uma operação de resgate, mais política do que técnica ou empresarial —ainda que o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, tenha dado entrevista insistindo no contrário.

Entre profissionais do setor financeiro, causa estranhamento e preocupação que tenha sido um banco público, também de pequeno porte, a absorver a instituição privada com atuação considerada um tanto extravagante. Ao longo do final de semana, ganhou força a versão de que as negociações entre BRB e Master contaram com ajuda de políticos.

Daniel Vorcaro é próximo do ex-ministro Ciro Nogueira e do presidente do União Brasil, Antonio Rueda. Augusto Lima, o sócio baiano do Master, é casado com a ex-deputada e ex-ministra do governo Bolsonaro Flávia Peres (ex-Arruda), que ainda mantém certa proximidade de Ibaneis Rocha, o governador do DF, controlador do BRB.

Por meio de sua assessoria, Flávia informou que não se encontra com o governador desde a campanha de 2022 e não fez nenhum movimento em relação ao banco. Rueda respondeu, por WhatsApp, que tomou conhecimento do negócio pela imprensa e desconhece qualquer detalhe. Nogueira não se manifestou.

O banco já havia contratado o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega como consultor. Mantega conseguiu apresentar Vorcaro ao presidente Lula (PT), informação publicada pela colunista Lauro Jardim, de O Globo,

e confirmada pela Folha. Procurado pela reportagem, o ex-ministro não comentou o assunto.

O desenho da operação, que também foi muito comentado, tanta criar uma blindagem institucional, o que reforçou a percepção de entendimento político entre agentes do mercado.

Ao comprar 49% das ações ordinárias (com direito a voto), 100% das ações preferenciais (sem direito a voto) e deixar Daniel Vorcaro como controlador, com 51% de participação, o BRB não precisa de aval legislativo distrital e reduz as chances de cobranças do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que seriam mais facilmente acionados caso houvesse a aquisição do controle.

Segundo a **Folha** apurou com pessoas que conhecem o banco por dentro, os indicadores financeiros sofriam pressão. O volume de recursos em CDBs já rumava para R\$ 60 bilhões, praticamente metade do FGC (Fundo Garantidor de Créditos), hoje na casa de R\$ 120 bilhões, que cobre eventuais perdas de investidores quando um banco enfrenta problemas.

O Master acelerou o crescimento nos últimos anos com uma estratégia considerada agressiva. Ofereceu CDBs a taxas que chegaram a 140% do CDI, enquanto o mercado mal encosta em 100%. Na posição de banco de pequeno porte, colocava o produto no mercado por meio de outras instituições. Na outra ponta, fazia empréstimos e investimentos em empresas consideradas problemáticas.

Outras operações também chamaram a atenção. O banco elevou o apetite na aquisição de precatórios, título de dívida do governo. Passou a captar recursos em fundos de pensão de estados e municípios. Tentou fazer captações externas, mas não foi bem-sucedido.



Daniel Vorcaro do Master
Rubens Cavallari - 22.abr.24/Folhapress

CDB do Master representa quase metade do Fundo Garantidor de Créditos

Júlia Moura

SÃO PAULO Com um financiamento baseado em CDBs (Certificados de Depósito Bancário), a operação do Banco Master é vista como arriscada ao sistema financeiro. Isso porque os títulos são garantidos pelo FGC (Fundo Garantidor de Créditos), e, caso o Master venha a falir, isso consumiria quase metade do fundo.

Segundo o mais recente balanço do FGC, de junho de 2024, o fundo tinha R\$ 107,8 bilhões para arcar com eventuais calotes de instituições financeiras. Nesse período, o total de depósitos a prazo do Master somava R\$ 45,6 bilhões, segundo o Banco Central, o equivalente a 42% do fundo.

O percentual pode ser maior, considerando os valores emitidos pelas controladas do Master. Um deles, o Will Bank, somava R\$ 5,7 bilhões em depósitos a prazo no meio do ano passado. Neste caso, o conglomerado poderia consumir mais de 47,5% do FGC.

Grande parte do montante captado pelo Master é investido em ativos de baixa liquidez, como precatórios, o que dificulta o pagamento de outras obrigações, como os CDBs.

Grandes bancos privados são críticos a essa estratégia, que julgam colocar em risco todo o sistema financeiro. Para evitar novos casos semelhantes, pedem mudanças na política do FGC, para limitar o percentual da operação do banco que pode vir por meio dos instrumentos com garantia.

A maioria das pequenas instituições são muito dependentes dessas captações, e são as que mais correm risco de não conseguirem arcar com seus compromissos.

Outras mudanças podem ser aplicadas no modelo de financiamento do fundo. Atualmente, 0,01% de tudo que é captado pelos bancos e que tem cobertura do fundo vai mensalmente para o FGC.

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Brasil diversifica em produtos do agro e avança na Ásia

Vendas para Indonésia, Vietnã e Tailândia já superam US\$ 3 bi ao ano

Ásia, região visitada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e uma comitiva de empresários na semana passada, sustenta o agronegócio brasileiro. Os negócios eram tímidos no início deste século, mas, com a migração urbana e evolução do poder aquisitivo na região, o Brasil passou a ser o ponto de sustentação de boa parte de demanda de produtos agropecuários dos países asiáticos.

Há poucos anos, os negócios se concentravam nas exportações de soja para a China. O Brasil conseguiu, no entanto, um aumento dos parceiros comerciais e uma diversificação dos produtos exportados para os asiáticos.

Considerando apenas os itens agropecuários, as exportações brasileiras para a Ásia somaram US\$ 68 bilhões em 2024. No início do século, era US\$ 1,8 bilhão. Quando somados os demais produtos, como celulose e outros itens relacionados ao setor, esse volume financeiro vai a US\$ 80 bilhões, segundo a Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

A China é o grande motor da região, mas a diversificação de produtos que o Brasil coloca na Ásia abriu as portas de vários outros mercados com grande demanda na região. Indonésia, Tailândia, Bangladesh, Filipinas, Malásia e Vietnã estão nessa lista.

Seis países da região superaram US\$ 3 bilhões em importações de produtos agropecuários brasileiros no ano passado. Há poucos anos, apenas a China tinha importância nessa lista.

A China é um caso à parte. Os chineses compraram o correspondente a US\$ 49,7 bilhões em 2024 do agronegócio do Brasil. Antes voltados à soja, que ainda domina a relação comercial com o Brasil, ampliaram os negócios com carnes, açúcar, algodão e celulose.

As carnes entraram forte na lista de consumo dos asiáticos. Crise sanitária animal em vários países e a renda maior fizeram com que eles ficassem com 45% da proteína animal exportada pelo Brasil no ano passado.

A China, que praticamente não comprava carnes do Brasil no início dos anos 2000, elevou as compras para 2,13 milhões de toneladas em 2024. Essas compras se acentuaram a partir de 2019, quando surgiram problemas sanitários no país, como gripe aviária e peste suína africana.

A oferta interna de carne suína e de frango foi recomposta na China após as crises sanitárias no setor, mas a dependência do país asiático de carne bovina continua intensa, uma vez que a produção dos chineses fica abaixo da demanda. No ano passado, o Brasil colocou 1,34 milhão de toneladas de carne bovina na China, no valor de US\$ 6 bilhões. Ao todo, o Brasil exportou 2,89 milhões de toneladas, num total de US\$ 12,9 bilhões, de acordo com a Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes).

A Ásia se tornou também um grande comprador de açúcar brasileiro, com 37% do que o país exportou. A demanda dos países asiáticos ajuda também no desenvolvimento das produções de algodão, fumo e celulose brasileiros, devido ao aumento constante das importações.

Uma nova fronteira que se abre, principalmente por causa da China, é a do café. No ano passado, a Ásia gastou US\$ 1,4 bilhão com a importação do produto brasileiro. Há uma década, eram US\$ 624 milhões. O milho também deverá engrossar a lista dos produtos brasileiros que serão enviados para a Ásia.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ
PREGÃO ELETRÔNICO 15/2025
Processo 3.907/2025
Encontra-se aberto o presente Pregão que tem por objetivo a **Aquisição parcelada de hortifrutigranjeiros**. O edital encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.portofeliz.sp.gov.br (Portal da Transparência); <https://bllcompras.com> (aba acesso BLL COMPRAS) e www.pncp.gov.br (Portal Nacional de Contratações Públicas). A abertura será dia **14 de abril de 2025 às 09h00min**. Outras informações poderão ser solicitadas através do link: <https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento> (Protocolos).
Celso Fernando Iversen
Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ
PREGÃO ELETRÔNICO 7/2025
Processo 2.100/2025
Encontra-se aberto o presente Pregão que tem por objetivo o **registro de preços para contratação de serviços gráficos para confecção e impressão de materiais**. O edital encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.portofeliz.sp.gov.br (Portal da Transparência); <https://bllcompras.com> (aba acesso BLL COMPRAS) e www.pncp.gov.br (Portal Nacional de Contratações Públicas). A abertura será dia **16 de abril de 2025 às 09h00min**. Outras informações poderão ser solicitadas através do link: <https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento> (Protocolos).
Thomaz Petrone Brasil Fernandes
Secretário Municipal de Comunicação e Relações Institucionais